

**Bruxelas, 8 de julho de 2026
(OR. en)**

11376/26

**AGRI 560
AGRIORG 90
AGRIFIN 138
AGRISTR 38
ENV 921
POLCOM 275
VETER 115**

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	7 de julho de 2026
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2026) 576 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia da UE para o Setor Pecuário

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 576 final.

Anexo: COM(2026) 576 final



COMISSÃO
EUROPEIA

Estrasburgo, 7.7.2026
COM(2026) 576 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

Estratégia da UE para o Setor Pecuário

{SWD(2026) 576 final}

1. INTRODUÇÃO

A pecuária é uma das atividades mais antigas da humanidade. Desde que os animais foram domesticados pela primeira vez há mais de 10 000 anos, tem desempenhado um papel central no desenvolvimento social e económico das civilizações. Ao longo dos séculos, a pecuária não tem sido apenas uma parte indispensável do nosso sistema alimentar. Tem igualmente sustentado os meios de subsistência europeus, tornando-se um esteio das economias rurais e um elemento determinante das nossas paisagens.

Na Europa atual, a pecuária é uma atividade económica diversificada e complexa, que representa cerca de 40 % do valor acrescentado agrícola da UE e gera 400 mil milhões de EUR em volume de negócios por ano. O seu impacto social e territorial é enorme: emprega cerca de 7 milhões de pessoas e depende de 4 milhões de explorações distribuídas por toda a geografia europeia, muitas vezes em zonas com poucas atividades económicas alternativas. Das pastagens alpinas às regiões fronteiriças orientais, das zonas árticas aos montados meridionais e às regiões ultraperiféricas da UE, bem como às ilhas do Mediterrâneo, as zonas rurais da Europa não sobrevivem sem a pecuária. Graças ao seu papel crucial na retenção das populações nas zonas rurais e na sua vitalidade económica, o seu contributo para os objetivos de segurança e preparação da UE é substancial. O flanco da fronteira oriental europeia apresenta um elevado risco de abandono das terras, acompanhado de uma rápida redução dos efetivos de animais, o que enfraquece ainda mais a resiliência destas regiões para responder a crises e aos riscos para a segurança¹.

O setor pecuário da UE desempenha um papel crucial na contribuição para a segurança alimentar, fornecendo proteínas de elevada qualidade, não só na UE, mas também a nível mundial, com uma balança comercial positiva e uma procura crescente de produtos da UE graças a normas, qualidade e sustentabilidade reconhecidas internacionalmente², que conferem uma grande visibilidade à excelência europeia em todo o mundo.

Enquanto setor estratégico fundamental para a competitividade e a autonomia estratégica aberta da União, a presente estratégia define ações para fazer face às vulnerabilidades existentes e aumentar a resiliência da UE num mundo em que a concorrência no mercado é cada vez mais intensa. Ao mesmo tempo, o setor tem de responder melhor às crescentes expectativas da sociedade, em especial no que diz respeito ao bem-estar dos animais, transformar a sua pegada ambiental em externalidades positivas e consolidar a sua implantação territorial. As melhorias da integração da cadeia alimentar e a adoção de uma abordagem circular completa permitiriam a valorização de todos os subprodutos e da biomassa a fim de gerar rendimentos adicionais para os agricultores, reduzindo simultaneamente a pegada de carbono da produção animal.

¹ Comunicação sobre as regiões fronteiriças orientais da UE com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia, COM(2026) 82 final.

² Prevê-se que o consumo de carne a nível mundial aumente devido ao rápido crescimento da população e dos rendimentos. A União é um dos principais comerciantes mundiais de produtos de origem animal. Em 2025, a UE exportou produtos de origem animal no valor de 53 mil milhões de EUR, enquanto as importações ascenderam a 16 mil milhões de EUR. Os produtos lácteos ocupam uma posição cimeira: em 2025, ascenderam a 20,7 mil milhões de EUR, com um excedente comercial líquido de 18 mil milhões de EUR. A balança comercial da UE de produtos de origem animal tem sido positiva ao longo da última década.

Tal como anunciado na Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar³, o setor pecuário da UE merece uma estratégia a longo prazo, no respeito da diversidade e das especificidades da produção animal em toda a Europa. Prosseguir a transição para um setor pecuário da UE resiliente, competitivo e sustentável é fundamental para combater o despovoamento dos territórios mais vulneráveis, contribuindo simultaneamente para o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050. Essa transição será um dos objetivos apoiados pela PAC pós-2027, apoiando assim a execução da Estratégia para a Renovação Geracional⁴, da Estratégia da UE para a Bioeconomia⁵, do futuro plano de ação para as zonas rurais⁶, do Plano de Ação para os Adubos⁷ e da comunicação sobre a gestão dos riscos de incêndios florestais⁸. A nível internacional, a Comissão colabora com organismos multilaterais para acompanhar essa transição através do alinhamento pelas normas internacionais, nomeadamente a FAO, no âmbito do Plano de Ação Mundial para a Pecuária Sustentável.

A fim de assegurar a viabilidade a longo prazo do setor pecuário da UE, é necessária uma estratégia para:

- avançar no sentido de um **sistema pecuário resiliente** que resista a crises e esteja mais bem adaptado às pressões climáticas,
- reforçar a sua **competitividade** a nível da UE e mundial,
- preparar o setor para o futuro, **reforçando as condições de bem-estar dos animais e minimizando a sua pegada climática e ambiental**,
- assegurar que os sistemas de produção animal continuem a **adaptar-se às características únicas das diferentes regiões**, a sustentar as economias e as tradições rurais em toda a Europa e a contribuir para manter a riqueza da sua biodiversidade,
- promover **a excelência** na produção animal enquanto abordagem europeia distinta da pecuária, reconhecida e valorizada pelos consumidores, em especial no que diz respeito ao bem-estar dos animais.

A estratégia baseia-se numa ampla participação das partes interessadas, enquadrada pelo Núcleo de Trabalho da Pecuária, incluindo mais de um ano de diálogo com os Estados-Membros, os agricultores, os representantes da indústria e a sociedade civil, nomeadamente o Comité Europeu da Agricultura e do Setor Alimentar. É acompanhada de um plano para as proteínas, a fim de tornar o sistema europeu das proteínas mais resiliente e sustentável. A presente comunicação, baseada num diagnóstico dos pontos fortes e fracos do setor apresentado no documento de trabalho dos serviços da Comissão que a acompanha, tem em conta o relatório de iniciativa do Parlamento Europeu intitulado «Como garantir um futuro sustentável para o setor pecuário da UE, tendo em conta a

³ Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar: Construir juntos uma agricultura e um setor alimentar da UE atrativos para as gerações futuras, COM(2025) 75 final.

⁴ Estratégia para a renovação geracional na agricultura, COM(2025) 872 final.

⁵ Quadro estratégico para uma bioeconomia competitiva e sustentável na UE, COM(2025) 960 final.

⁶ Plano de Ação da UE para as Zonas Rurais revisto que acompanha o documento «Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: principais realizações e vias a seguir, SWD(2024) 451 final.

⁷ Plano de Ação para os Adubos: parceria para assegurar a disponibilidade, a acessibilidade dos preços e a autonomia estratégica dos adubos produzidos na UE, COM(2026) 310 final.

⁸ Comunicação relativa à gestão integrada dos riscos de incêndios florestais, COM(2026) 330 final.

necessidade de garantir a segurança alimentar, a resiliência dos agricultores e os desafios colocados pelas doenças animais?»⁹.

2. O SETOR PECUÁRIO DA UE NA ATUALIDADE

2.1. Desafios e oportunidades

O setor pecuário da UE enfrenta uma combinação de pressões estruturais e quotidianas. Estas pressões já estão a contribuir para a saída de explorações em algumas regiões, em especial de bovinos, ovinos e caprinos, e suscitam preocupações quanto à continuidade a longo prazo da atividade pecuária em partes da União. Por exemplo, a França perdeu 16 % do seu efetivo bovino na última década e, no mesmo período, a Alemanha perdeu 22 % do seu efetivo suíno.

A **rentabilidade** constitui um desafio crucial. Os elevados custos dos fatores de produção, a volatilidade do mercado e a exposição às flutuações dos preços dos alimentos para animais e da energia continuam a diminuir as margens. Ao mesmo tempo, o cumprimento das rigorosas normas europeias necessárias para proteger o bem-estar dos animais, a segurança alimentar, o clima e o ambiente pode gerar custos de produção que nem sempre se refletem nos preços de mercado. Os agricultores enfrentam igualmente um poder de negociação reduzido em relação aos compradores.

O setor pecuário da UE também enfrenta dificuldades em matéria de sustentabilidade. É uma importante fonte de emissões de gases com efeito de estufa provenientes da agricultura, bem como de poluição por amoníaco e nutrientes, afetando o clima, o ar, a qualidade da água e a biodiversidade. Embora as emissões tenham vindo a diminuir de forma constante, o ritmo é lento. A concentração da produção animal em algumas zonas da UE cria desequilíbrios nutricionais, resultando na poluição por nutrientes. Ao mesmo tempo, o pastoreio extensivo é essencial para manter prados que apoiem a biodiversidade e os biótopos rurais, conservem a natureza e ajudem a prevenir o abandono das terras e o despovoamento das zonas rurais.

Um conjunto de **vulnerabilidades estruturais** define igualmente as perspetivas do setor. O envelhecimento da população agrícola, a renovação geracional insuficiente, o défice de mão de obra, incluindo nos serviços veterinários rurais, e as exigentes condições de trabalho ameaçam a sua capacidade futura. Os impactos das alterações climáticas e os surtos de doenças animais fazem-se sentir nos resultados económicos.

O futuro do setor pecuário da UE deve consolidar os seus importantes pontos fortes e oportunidades. O setor pecuário da UE está enraizado na tradição, mas é impulsionado pela inovação e o empreendedorismo. A diversidade dos seus sistemas de produção, espécies e territórios reforça a resiliência e a adaptabilidade. As rigorosas normas europeias reforçam a confiança dos consumidores e permitem um forte posicionamento em mercados de qualidade superior. Em vários setores, a produtividade e o desempenho das exportações beneficiam de sistemas de produção eficientes, serviços veterinários avançados e cadeias de abastecimento bem desenvolvidas. A inovação e a adoção de abordagens de bioeconomia circular estão a melhorar tanto a competitividade como os resultados ambientais. Cada vez mais, os agricultores são não só produtores de alimentos, mas também guardiões da natureza, prestadores de serviços de turismo (alojamento) e «produtores de energia», que produzem energias renováveis para utilização nas

⁹ 2025/2053(INI).

explorações e, em muitos casos, para o consumo mais geral, reduzindo a dependência da UE das alternativas baseadas em combustíveis fósseis.

3. A ESTRATÉGIA

A União de 2040 deve ser um espaço em que a pecuária sustentável não só sobreviva, mas também prospere.

O setor deve ser apoiado por um quadro político coerente que seja simples, previsível e tenha em conta as realidades agropecuárias. No próximo período de programação, e sem prejuízo das negociações em curso sobre o QFP, a PAC continuará a ser o pilar fundamental do apoio, tanto em termos de rendimento como de investimentos e incentivos, no âmbito dos futuros planos de parceria nacional e regional, complementados pelo programa Horizonte Europa proposto¹⁰ e pelo Fundo Europeu de Competitividade (FEC)¹¹ para estimular a inovação.

Esta estratégia proporciona uma orientação a longo prazo para a competitividade e a sustentabilidade do setor, num contexto de preparação reforçada. Traduz-se em pontos de ação operacionais a nível da UE, dos Estados-Membros e das partes interessadas, com ênfase em soluções territoriais específicas adaptadas a diferentes sistemas de produção e regiões, adotando uma abordagem holística, coerente e transversal às políticas.

A Comissão tenciona manter o **Núcleo de Trabalho da Pecuária** como um fórum de debate e desenvolvimento de determinadas iniciativas a seguir identificadas, uma vez que proporciona uma forma inclusiva de concretizar a estratégia.

3.1. Um setor pecuário resiliente que resista a crises

Um sistema pecuário resiliente é essencial para a segurança alimentar, a autonomia estratégica e a vitalidade rural da União. A resiliência significa mais do que a capacidade de recuperação após um choque. Significa também a capacidade de previsão dos riscos, de redução das vulnerabilidades, de adaptação a mudanças estruturais e de fornecimento continuado de alimentos seguros, sustentáveis e a preços acessíveis em condições cada vez mais difíceis. Para o setor pecuário, trata-se agora uma prioridade urgente. Os produtores enfrentam pressões crescentes decorrentes da volatilidade dos mercados, do aumento dos custos dos fatores de produção e dos custos fixos, das alterações climáticas, da escassez de água, das doenças animais, do défice de mão de obra e de trabalhadores qualificados, da instabilidade geopolítica e da concorrência desleal a nível mundial. Por conseguinte, é necessário um setor mais forte e mais resiliente, tanto para proteger os meios de subsistência dos agricultores como para preservar a capacidade de produção da União.

¹⁰ Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Horizonte Europa, o Programa-Quadro de Investigação e Inovação, para o período 2028-2034, que define as suas regras de participação e difusão, e que revoga o Regulamento (UE) 2021/695, COM(2025) 543 final.

¹¹ Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação do Fundo Europeu de Competitividade (FEC), incluindo o programa específico para as atividades de investigação e inovação no domínio da defesa, que revoga os Regulamentos (UE) 2021/522, (UE) 2021/694, (UE) 2021/697, (UE) 2021/783 e que altera os Regulamentos (UE) 2021/696, (UE) 2023/588, (UE) [EDIP], COM(2025) 555 final.

Uma primeira prioridade consiste em reforçar o quadro de gestão dos riscos. Os criadores de animais necessitam de um melhor acesso ao financiamento, a seguros, a resseguros, a fundos de investimento e a instrumentos de estabilização dos rendimentos que reflitam os riscos específicos do setor, incluindo os fenómenos climáticos, as perturbações do mercado e as doenças animais. As políticas futuras devem melhorar a coerência entre a gestão dos riscos e a gestão das crises, para que o apoio de emergência não substitua a preparação, mas a complemente.

Neste contexto, a Comissão está a preparar o terreno, trabalhando com as instituições financeiras, incluindo o Banco Europeu de Investimento, para explorar a possibilidade de desenvolver um **regime financeiro específico de gestão dos riscos no âmbito do quadro financeiro plurianual pós-2027**, que abranja as necessidades de seguros e resseguros relacionadas com o clima e alargue o apoio aos riscos associados a doenças animais, de modo a complementar os instrumentos existentes¹².

O conjunto de instrumentos de gestão dos riscos no âmbito da atual e futura PAC já é bastante abrangente¹³, dando aos Estados-Membros opções para escolher e adaptar esses instrumentos às suas necessidades. A Comissão elaborará um **manual com orientações práticas sobre a gestão dos riscos**, com base nos conhecimentos especializados da UE e internacionais, para que os Estados-Membros possam traduzir melhor essas necessidades nos seus futuros planos PNR. Este manual **complementará as recomendações da PAC**, que incluirão igualmente aspetos da gestão dos riscos. A Comissão avaliará e reduzirá igualmente, se for caso disso, os obstáculos administrativos à criação de instrumentos específicos de gestão dos riscos, como os fundos de investimento, para fazer face à reduzida adoção, em especial por parte das pequenas explorações.

Uma segunda prioridade consiste em reforçar a prevenção e a resposta a doenças. As doenças animais, incluindo as zoonoses, continuam a ser uma das ameaças mais graves à resiliência dos animais, à biodiversidade e, potencialmente, à saúde humana. Os surtos recentes, cuja frequência tem vindo a intensificar-se consideravelmente, demonstraram a dimensão dos danos económicos e sociais que podem causar, incluindo a destruição de um grande número de animais e perturbações do comércio e da atividade rural. Uma primeira linha de defesa continua a passar por **medidas de biossegurança vigorosas** que constituem um elemento essencial da prevenção. Além disso, a **avaliação da Lei da Saúde Animal** proporcionará uma base para atualizar a abordagem «Uma Só Saúde» da União em matéria de gestão de doenças, incluindo, se for caso disso, uma utilização mais alargada e de base científica da vacinação preventiva. A fim de reforçar a adaptabilidade a riscos e doenças emergentes, a **Comissão analisará se o atual sistema de categorização de doenças continua a ser adequado à sua finalidade** e se os critérios de categorização dão uma resposta adequada a desafios específicos. No intuito de reforçar as medidas harmonizadas de controlo de doenças em toda a UE, a Comissão continuará a propor atualizações da legislação em consonância com os mais recentes progressos científicos e com as normas internacionais, definidas pela Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA), e adotará regras de execução para clarificar melhor as funções e as

¹² fi-compass, 2025, «An overview of agricultural climate risk trends across Europe under the current climate and in 2050» — *Insurance and Risk Management Tools for Agriculture in the EU* (não traduzido para português) (https://www.fi-compass.eu/sites/default/files/publications/EAFRD_AGRRI_Insurance_Risk_MA.pdf).

¹³ Banco Mundial: *Solutions for Better Agri-Risk Management in the European Union* (não traduzido para português) (<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099032326044016306>).

responsabilidades. Com vista a apoiar uma utilização mais alargada e de base científica da vacinação preventiva, a **Comissão avaliará igualmente se as atuais regras e princípios de vacinação continuam a ser adequados.**

Este trabalho deverá basear-se nos pareceres científicos mais recentes da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e ser apoiado por um compromisso internacional mais forte para promover a aceitação das medidas sanitárias da UE. Para fazer face ao reconhecimento desigual da regionalização por parte dos países terceiros, a Comissão continuará a apoiar os Estados-Membros através da elaboração de **orientações sobre a aplicação da vacinação, associada à regionalização e à compartimentação**, continuando simultaneamente a defender o reconhecimento da abordagem de regionalização da UE, incluindo a vacinação, com parceiros comerciais em instâncias bilaterais e multilaterais.

Continua a ser essencial prosseguir a **investigação e a inovação no domínio da saúde animal e da vacinação**, incluindo as vacinas DIVA¹⁴, nomeadamente no que diz respeito a potenciais vacinas para as principais doenças transfronteiriças. A vertente específica proposta no âmbito do quadro do Horizonte Europa contribuirá para este trabalho.

No âmbito das medidas preventivas, a Comissão continuará a apoiar e a reforçar a capacidade dos Estados-Membros em matéria de vigilância das doenças animais pertinentes, assegurando a **deteção e a ação precoces**. Os mecanismos de alerta precoce são extremamente importantes. A Comissão avaliará formas de financiar a melhoria dos sistemas existentes, de integrar melhor a digitalização nos sistemas de deteção e alerta, bem como de melhorar a divulgação de informações aos agricultores em toda a UE (aplicações, linhas diretas).

Ao mesmo tempo, um **financiamento adequado da UE é fundamental para a prevenção, a vigilância, o controlo e a erradicação**, tendo especialmente em vista medidas de emergência em caso de surtos. O mecanismo da UE proposto no âmbito do QFP viabiliza uma política comum nos domínios da saúde e da segurança (incluindo para os animais) e pode prestar apoio específico em caso de doenças animais, sob reserva dos procedimentos orçamentais anuais. Os Estados-Membros poderão igualmente prever, no âmbito dos seus planos PNR, um melhor acesso dos agricultores a instrumentos preventivos, incluindo biossegurança e vacinas, e a sua adoção, bem como assegurar serviços de assessoria adequados e pessoal veterinário suficiente através da introdução de incentivos financeiros a veterinários nas zonas rurais, esperando-se, por outro lado, que as partes interessadas reforcem as medidas de biossegurança nas explorações e integrem as melhores práticas para prevenir doenças animais.

Uma terceira prioridade consiste em investir mais na adaptação às alterações climáticas, na atenuação dos seus efeitos e na inovação. Esse investimento poderá incluir o apoio a inovações que reduzam a intensidade das emissões, melhorem a gestão dos nutrientes e reforcem o contributo dos sistemas pecuários para a economia circular, juntamente com medidas de adaptação. A resiliência depende cada vez mais da capacidade do setor para fazer face ao *stress* climático e utilizar os recursos de forma mais eficiente. O aumento da eficiência na utilização da água pode contribuir para a resiliência tanto hídrica como dos agricultores, o que inclui o apoio a raças resistentes ao calor, a

¹⁴ As vacinas Diva (vacinação diferenciada entre animais infetados e animais vacinados) são um tipo especializado de vacina concebido para distinguir entre os animais que foram vacinados e os que foram naturalmente infetados com uma doença. Esta distinção é crucial para uma regulamentação eficaz em matéria de controlo de doenças, vigilância e comércio de gado e de outros animais.

preservação e utilização sustentável dos recursos genéticos e estratégias de melhoramento animal que reforcem características de resiliência, como a tolerância às secas e a resistência ao calor. As técnicas genómicas e de melhoramento animal avançadas são vantajosas tanto para os resultados económicos como para os ambientais. Conduzem a uma menor utilização dos alimentos para animais e reduzem as emissões, o que significa poupanças para os agricultores e uma menor exposição à volatilidade dos preços. Uma maior resiliência exige também a melhoria dos alojamentos para animais e da ventilação, a proteção contra inundações e outras infraestruturas resilientes às alterações climáticas.

A **investigação e a inovação** sobre práticas e tecnologias sustentáveis são facilitadoras essenciais de um setor pecuário da UE mais resiliente¹⁵. **A UE deve também centrar-se na expansão e na implantação de soluções**, o que deve incluir o apoio a um esforço de investigação e inovação mais forte e mais coordenado dirigido para os sistemas pecuários sustentáveis, o **desenvolvimento e a adoção** de instrumentos práticos, como sistemas de apoio à tomada de decisões, sensores, aplicações de megadados, robótica, soluções de alerta precoce e pecuária de precisão, promovendo simultaneamente uma abordagem baseada em sistemas e de base local. A fim de acelerar o impacto no terreno, a **inovação deve acompanhar de mais perto as necessidades dos agricultores**, para que sejam testadas, alargadas e implantadas mais rapidamente soluções resilientes em todas as regiões e sistemas de produção. Este esforço será apoiado pela futura abordagem estratégica da investigação e da inovação AgRI 2040 e Food 2040. Esta nova abordagem identifica a pecuária como um domínio de ação fundamental para a investigação e a inovação e coloca a tónica numa melhor valorização dos resultados da investigação e da inovação nas empresas em fase de arranque, nas empresas em fase de expansão e na plena implantação industrial.

A resiliência exige igualmente que o setor pecuário se torne menos dependente de fatores de produção importados e mais capaz de depender de recursos nacionais e circulares, tal como desenvolvido no plano para as proteínas e no Plano de Ação para os Adubos. Uma integração mais estreita com os países candidatos e parceiros oferece, simultaneamente, oportunidades para reforçar a resiliência e a autonomia estratégica da União através do desenvolvimento gradual de cadeias de valor agroalimentares mais integradas e sustentáveis.

Exemplo de projetos de investimento cooperativo para a resiliência:

- instalação de painéis solares nas explorações e de uma unidade partilhada de biogás que utilize estrume, reduzindo a dependência de energia e fertilizantes externos,
- construção de um sistema de armazenamento e reciclagem de água para fazer face a secas e vagas de calor,
- participação num fundo de investimento e num regime de seguro climático apoiado pelas políticas dos Estados-Membros a fim de estabilizar os rendimentos durante fenómenos meteorológicos extremos.

¹⁵ Diferentes instrumentos financeiros no âmbito do QFP pós-2027 poderão apoiar um esforço de investigação e inovação mais forte e mais coordenado em matéria de sistemas pecuários sustentáveis e resilientes, abrangendo a saúde e o bem-estar dos animais, a prevenção de doenças e as vacinas, os sistemas mistos, a adaptação às alterações climáticas e a atenuação dos seus efeitos, a redução do impacto ambiental, a eficiência dos alimentos para animais e dos nutrientes, os recursos e o melhoramento genéticos para o desenvolvimento de características de resiliência, as soluções de bioeconomia circular, a inovação social e as tecnologias digitais.

Os Estados-Membros devem **continuar a apoiar práticas agrícolas que integrem a resiliência e a sustentabilidade nos seus modelos de negócio, como a agricultura biológica**, e incentivar a transição para a resiliência a longo prazo através de pagamentos de transição. As medidas de **renovação geracional** devem refletir melhor a situação específica da pecuária.

Uma **melhor cooperação ao longo da cadeia de abastecimento pode ajudar a reduzir a volatilidade dos preços** e a melhorar o acesso aos fatores de produção, ao passo que a participação em plataformas de partilha de conhecimentos e em parcerias de inovação pode acelerar a difusão de boas práticas.

Exemplo: numa zona vulnerável à febre catarral ovina, à dermatose nodular contagiosa ou à gripe aviária, as autoridades e as partes interessadas asseguram um sistema coordenado de prevenção de doenças:

- os Estados-Membros, através dos planos PNR, cofinanciam melhorias em matéria de biossegurança (estações de desinfeção, acesso controlado às explorações, zonas de separação),
- através dos fundos dos PPNR, os agricultores recebem formação através de serviços de assessoria e de grupos da PEI-AGRI sobre a prevenção de doenças e o planeamento de contingência,
- os Estados-Membros e a cadeia de valor da pecuária iniciam um quadro de partilha de custos para financiar conjuntamente as respostas aos surtos de doenças, incluindo a compensação dos produtores afetados, com base em mecanismos financeiros previamente acordados (os custos de erradicação, contenção e recuperação são repartidos entre direitos niveladores/agrupamentos de seguro públicos e privados),
- é lançado um programa público-privado de vacinação e vigilância à medida que se tornam disponíveis novas vacinas através da investigação e inovação apoiada pela UE.

Os Estados-Membros desempenham um papel central na transformação destes objetivos em apoio prático no terreno:

- incluindo investimentos em resiliência nos seus planos PNR e melhorando o acesso dos agricultores a instrumentos de prevenção de doenças,
- promovendo seguros e fundos de investimento adaptados aos setores da pecuária,
- assegurando que a formação e os serviços de assessoria agrícola incluam conhecimentos especializados sólidos em matéria de resiliência da pecuária,
- apoiando investimentos e ações agroambientais e climáticas, incluindo regimes de eficiência, que ajudem a preservar e a utilizar de forma sustentável os **recursos genéticos animais** que reforçam a resiliência do setor pecuário e apoiam a biodiversidade, os solos saudáveis e a resiliência hídrica enquanto base para a resiliência do setor pecuário,
- ponderando medidas para fazer face à carência de serviços veterinários rurais, nomeadamente através de incentivos específicos ou de consultas digitais, e apoiando as competências digitais, a conectividade e o investimento a nível das explorações,
- apoiando as organizações de produtores, os modelos cooperativos e as intervenções setoriais da PAC, o que pode ajudar a reforçar o poder de negociação dos agricultores e a sua capacidade para gerir coletivamente os riscos.

3.2. Um setor pecuário competitivo a nível da UE e mundial

Para competir eficazmente no mercado mundial, o setor pecuário necessita de um quadro mais previsível a longo prazo para os investimentos e de tirar partido de tecnologias avançadas e práticas inovadoras, beneficiando simultaneamente de condições de concorrência equitativas e de uma redução da carga regulamentar. É necessário travar a atual tendência de descapitalização e aumentar a rentabilidade, para que a cadeia de valor europeia da pecuária se mantenha competitiva e atraia novos operadores para a profissão. A manutenção de normas rigorosas da UE em matéria de segurança alimentar e saúde animal, de bem-estar dos animais e de ambiente deve permitir ao setor responder com firmeza à pressão da concorrência mundial.

A prioridade é ajudar o setor a colmatar o défice de investimento, bem como impulsionar a sua adoção da inovação e da digitalização, para modernizar e reforçar a competitividade e a sustentabilidade. Para muitos criadores de animais, em especial os jovens e os novos criadores, é necessário um capital inicial substancial para infraestruturas modernas, maquinaria e sistemas de gestão do estrume. A plataforma fi-compass estima um défice de financiamento para o setor pecuário superior a 18 mil milhões de EUR¹⁶.

Embora a Comissão esteja a avaliar o impacto da sua análise do bem-estar animal, alguns estudos estimam que a transição para sistemas sem gaiolas implica necessidades de investimento substanciais¹⁷. **Essas necessidades de financiamento não podem ser satisfeitas a partir de uma única fonte, exigindo, pelo contrário, uma combinação de instrumentos e medidas tanto da UE como dos Estados-Membros.** Estes incluem uma melhor remuneração do mercado, apoio público, acesso a instrumentos financeiros e investimentos privados, bem como a exploração do potencial dos novos modelos de negócio circulares e uma melhor valorização dos subprodutos. Exigem também competências, literacia financeira e aconselhamento adequado, bem como um quadro jurídico mais estável e mais claro.

A PAC continua a ser um instrumento fundamental para apoiar o rendimento dos agricultores, incentivá-los a desenvolver esforços em matéria de sustentabilidade e prestar apoio ao investimento, sendo que o próximo período de financiamento oferece oportunidades adaptadas às diferentes necessidades, desde as pequenas às grandes explorações. Com uma combinação de várias medidas, incluindo investimentos em infraestruturas e apoio a projetos inovadores, os planos PNR propostos e o FEC poderão

¹⁶ <https://www.fi-compass.eu/library/market-analysis/financial-gap-eu-agricultural-sector?page=1>.

¹⁷ *Estudos encomendados por organizações de agricultores para estimar o impacto da transição para sistemas sem gaiolas no setor das galinhas poedeiras e suínica indicam necessidades de investimento a nível da UE de cerca de 6,7 mil milhões de EUR para o setor suínica¹ (0,02 EUR por kg de carne de suíno durante um período de amortização de 15 anos) e 2,6 mil milhões de EUR para o setor das galinhas poedeiras² (0,0017 EUR por ovo durante um período de amortização de 15 anos). Os custos decorrem principalmente da necessidade de converter ou substituir os alojamentos para animais existentes e de instalar as infraestruturas e o equipamento necessários para a produção sem gaiolas. Estes dados são citados apenas a título de exemplo. A Comissão está a preparar uma avaliação de impacto que analisa todos os dados e questões pertinentes relacionados com as suas propostas previstas.*

¹ Potori et al., 2024. *An Assessment of the Impacts of the Phasing Out of Cages in EU Livestock Farming: The Pig Sector*. *Agriculture*, 14(1), 111.

² Majewski et al., 2024. *An Assessment of the Impacts of the Phasing Out of Cages in EU Livestock Farming: The Layer Sector*. *Agriculture*, 14(2), 187.

contribuir para aumentar os investimentos em sustentabilidade, competitividade e resiliência.

A Comissão **analisará todas as opções, incluindo a exploração de um potencial instrumento financeiro específico para o setor pecuário, a fim de colmatar o défice de financiamento dos investimentos na transição para níveis mais elevados de sustentabilidade e bem-estar animal.**

Os Estados-Membros devem também considerar outras iniciativas, como um melhor acesso ao crédito, empréstimos garantidos pelo Estado, instrumentos de contratação pública, medidas de mercado e condições de empréstimo mais favoráveis para todos os agricultores, em especial os jovens e os novos operadores. A Comissão explorará com o Banco Europeu de Investimento o acesso preferencial a empréstimos para os agricultores envolvidos na transição para sistemas de criação sem gaiolas, com base nos resultados da revisão legislativa. Paralelamente, os regimes que recompensam a carbonicultura e os créditos da natureza podem proporcionar valor adicional às explorações que investem em sistemas pecuários mais sustentáveis.

Para além do financiamento, é fundamental assegurar um **quadro jurídico estável, previsível e claro** que permita o planeamento e os investimentos a longo prazo, o que reforçará a confiança dos investidores e facilitará as decisões de investimento cujo reembolso demora, muitas vezes, décadas. Os **procedimentos de concessão de licenças** pelas autoridades nacionais, regionais e locais são parcialmente responsáveis por esta incerteza e devem ser abordados com carácter prioritário. A fim de aumentar a segurança jurídica, tanto para os operadores económicos como para as autoridades públicas, no final de 2025, a Comissão apresentou uma proposta relativa à aceleração dos procedimentos de concessão de licenças¹⁸ e uma proposta relativa à agilização da avaliação ambiental. Está em curso um teste de resistência das Diretivas Aves e *Habitats*, ao qual a Comissão dará seguimento, se for caso disso, mediante novas medidas.

Para estimular uma melhor retribuição do mercado, é necessário trabalhar no sentido de informar melhor os consumidores, **compatibilizar as suas expectativas com mecanismos de fixação de preços justos e prosseguir a diversificação do mercado** para tirar partido dos mercados de elevado valor

O reforço da competitividade deve ser leal. O reforço da posição dos agricultores na cadeia alimentar e a sua proteção contra práticas comerciais desleais é uma prioridade de longa data que será reforçada com a revisão da Diretiva Práticas Comerciais Desleais¹⁹, com base na experiência adquirida até à data. Os agricultores devem ser **mais bem remunerados, nomeadamente por novas atividades económicas ligadas ao desenvolvimento da bioeconomia e à valorização dos subprodutos.** A Comissão avaliará a melhor forma de integrar estes aspetos no trabalho do Observatório da Cadeia Agroalimentar da UE, a fim de assegurar a transparência do mercado ao longo da cadeia de valor e construir confiança.

¹⁸ Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as Diretivas (UE) 2018/2001, (UE) 2019/944 e (UE) 2024/1788 no respeitante à aceleração dos processos de concessão de licenças — COM(2025) 1007.

¹⁹ Diretiva (UE) 2019/633 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa a práticas comerciais desleais nas relações entre empresas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar. ELI: <http://data.europa.eu/eli/dir/2019/633/oj>.

A sustentabilidade e a circularidade constituem uma forte justificação económica para os agricultores. As práticas circulares e a bioeconomia reforçam a autonomia dos alimentos para animais e maximizam a valorização da biomassa (incluindo os subprodutos animais), o que, por sua vez, reduz os resíduos e proporciona um rendimento mais previsível aos agricultores. **Os subprodutos como a lã ou o estrume não são resíduos, mas sim um recurso** que tem valor e serve várias finalidades numa bioeconomia circular, devendo as suas características e potencialidades ser reconhecidas na legislação. Os intervenientes a jusante (por exemplo, produtores de laticínios ou de carne) estão cada vez mais conscientes da justificação económica para oferecer recompensas aos agricultores que reduzem as emissões nas explorações, tornando as operações pecuárias sustentáveis mais competitivas.

A competitividade deve também ser reforçada através de uma **melhor integração na cadeia alimentar e do desenvolvimento de normas de qualidade da carne**. O potencial de integração pecuária deve continuar a ser promovido. Um melhor alinhamento em todas as cadeias de abastecimento poderia melhorar o desempenho económico e ambiental dos sistemas de produção leiteira e de carne de bovino. As cadeias de valor de elevada qualidade nas zonas e infraestruturas rurais são igualmente importantes. A experiência adquirida com o desenvolvimento de organizações de produtores e cooperativas mostra como os instrumentos, integrados no Regulamento Organização Comum dos Mercados (OCM)²⁰, ajudam a reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor e a aumentar a sua quota-parte do valor criado.

A equidade não é apenas interna, mas também externa. A promoção da **reciprocidade e de uma maior harmonização das normas de produção em todo o mundo** exige controlos adequados, salvaguardas eficazes e uma procura contínua de normas elevadas. Trata-se de um trabalho continuado e de uma prioridade clara. A importação de produtos produzidos de acordo com normas menos rigorosas não só prejudica comercialmente os produtores da UE, como também desloca, em vez de reduzir, as emissões globais. Está em curso o reforço dos controlos dos produtos alimentares, animais e vegetais que entram na UE, os quais têm sido substancialmente aumentados²¹. As salvaguardas constituem práticas normalizadas em acordos celebrados pela União e protegem os agricultores europeus contra eventuais importações prejudiciais, incluindo quotas bem calibradas com volumes associados às condições de mercado da UE e cláusulas de salvaguarda automáticas no caso de determinados acordos que proporcionam um nível adicional de proteção. São rigorosamente aplicadas normas elevadas de segurança alimentar, especialmente no que diz respeito à utilização de antimicrobianos e hormonas. **As regras em matéria de bem-estar animal estão a ser revistas para assegurar uma melhor harmonização das normas aplicáveis aos produtos importados.** Para o futuro período financeiro, a proposta de criação de uma Rede de Segurança Unitária com um orçamento substancial dotará a União de meios para proteger melhor os agricultores em momentos de volatilidade do mercado. Ao mesmo tempo, a Comissão empenhar-se-á numa **diplomacia agroalimentar** específica, **intensificará as suas missões de alto nível e as suas medidas de promoção para abrir novas oportunidades de mercado às exportações europeias.**

²⁰ Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º 922/72, (CEE) n.º 234/79, (CE) n.º 1037/2001 e (CE) n.º 1234/2007 do Conselho. ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2013/1308/oj>.

²¹ [*Commission announces reinforcement of controls on products imported into the EU*](#) (não traduzido para português).

A simplificação é uma componente essencial da competitividade. Foram iniciados trabalhos importantes, mas são necessários mais esforços para permitir que o setor agroalimentar beneficie de um quadro jurídico propício à inovação e à competitividade, respeitando simultaneamente as normas de saúde e bem-estar animal e de segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais. O debate em curso sobre o ato legislativo *omnibus* relativo à segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais proporcionará a tão necessária simplificação. É necessário **tornar a legislação da UE em matéria de higiene** mais ágil e utilizar melhor as disposições em matéria de flexibilidade previstas, permitindo adaptações à estrutura e à configuração dos matadouros de baixa capacidade, respeitando simultaneamente as normas de segurança alimentar e de bem-estar dos animais e combinando-as eficazmente com a exequibilidade operacional. A alteração proposta do quadro regulamentar dos **aditivos para a alimentação animal** no ato legislativo *omnibus* relativo aos géneros alimentícios e aos alimentos para animais proporcionará um ambiente favorável ao desenvolvimento e à disponibilidade de novos aditivos inovadores para a alimentação animal, estando em curso trabalhos sobre as necessidades de maior simplificação, nomeadamente no âmbito dos diálogos mais gerais sobre a aplicação, bem como dos **diálogos sobre os géneros alimentícios**. Além disso, as **regras relativas aos subprodutos animais exigem ajustamentos** para facilitar melhor a economia circular, sem comprometer as normas de saúde animal e de segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais.

3.3. Um setor pecuário sustentável

Investir na sustentabilidade é investir no futuro a longo prazo da agricultura. A existência de normas mais rigorosas em matéria de bem-estar animal pode traduzir-se em melhores resultados económicos, menor risco de doenças e mais apoio, desde que os ganhos em termos de bem-estar se traduzam em benefícios mensuráveis para a saúde, a produtividade ou em matéria de preços mais elevados, um efeito líquido que varia em função do setor e das condições de mercado. A eficiência da utilização de azoto nos sistemas alimentares e da bioeconomia²², nomeadamente através da eficiência dos fertilizantes, protege a água e os solos, reduzindo simultaneamente os custos dos fatores de produção. As infraestruturas resilientes às alterações climáticas podem suportar os impactos de fenómenos meteorológicos extremos e proporcionar um retorno do investimento a longo prazo.

O sucesso depende da capacidade de investimento dos agricultores. É por esta razão que a transição para dar resposta aos desafios em matéria de sustentabilidade deve ser **justa e equilibrada**. O reforço da ambição em matéria de sustentabilidade levanta questões sobre **a forma como os custos são repartidos ao longo da cadeia de valor**. Em alguns casos, a transição para melhorias em matéria de sustentabilidade pode implicar custos de produção mais elevados para os agricultores, rendimentos mais baixos ou encabeçamentos reduzidos. Algumas práticas agrícolas, como a produção biológica, permitem manter uma elevada ambição em matéria de ambiente e de bem-estar animal com rentabilidade para os agricultores. No caso de outros sistemas, quando estes custos não podem ser totalmente absorvidos pelos agricultores ou pelo resto da cadeia de abastecimento, refletem-se, em última análise, no aumento dos preços dos alimentos, suportados pelos consumidores, sem aumentar o rendimento dos produtores e resultando, possivelmente, na diminuição da

²² A [Estratégia da UE para a Bioeconomia](#) «Quadro estratégico para uma bioeconomia competitiva e sustentável na UE. COM(2025) 960 final» incidirá sobre a avaliação das melhores práticas e inovações no domínio da bioeconomia, a fim de aumentar a eficiência da utilização de azoto nos sistemas da bioeconomia e nas redes de valor.

procura. Esta situação salienta a necessidade de uma transição cuidadosamente calibrada que proporcione ganhos de sustentabilidade aos agricultores e à sociedade, gerindo simultaneamente soluções de compromisso e conservando a aceitabilidade social.

A União e os Estados-Membros devem permitir que os agricultores escolham as medidas de apoio à transição mais adequadas às suas explorações e práticas individuais e facilitar a decisão sobre a forma de tornar a sua atividade mais sustentável.

Os **acordos de sustentabilidade da cadeia de valor** em que todos os intervenientes, incluindo os setores intermediário e retalhista, assumem parte da responsabilidade são instrumentos promissores para apoiar uma transição justa. Permitem, por exemplo, que o setor retalhista recompense as normas mais elevadas adotadas pelos agricultores. A Comissão, os Estados-Membros e os intervenientes privados devem continuar a promover essa forma de cooperação.

Qualquer visão de longo prazo para o setor pecuário tem de começar pelo aproveitamento da sua diversidade. O profícuo mosaico da UE não pode ser sustentado através de uma abordagem única. Exige soluções adaptadas e de base local que reflitam as realidades locais e tirem partido dos pontos fortes regionais.

Com base nos progressos já realizados, que cimentam o **setor pecuário europeu como um dos mais produtivos e eficientes do mundo do ponto de vista ambiental**²³, a definição do novo período de programação constitui uma oportunidade para transformar esta diversidade em intervenções concretas que proporcionem uma orientação a longo prazo.

O **bem-estar dos animais** está no cerne das preocupações dos cidadãos no que diz respeito à pecuária. Tal como referido pelo Parlamento Europeu, «o aumento global previsto do consumo de proteínas animais representa uma oportunidade para a UE se posicionar como líder mundial na agricultura respeitadora do clima e dos animais». A aplicação das regras em vigor e o seguimento gradual da Iniciativa de Cidadania Europeia «Acabar com as gaiolas» de modo a responder às preocupações dos cidadãos, dando especial atenção aos setores em que é viável uma transição para um sistema de alojamento não confinado, baseia-se em dados concretos e é acompanhada por períodos de transição suficientes e por apoio financeiro que permita que os agricultores se adaptem. Dada a escala dos investimentos necessários, a transição exigirá um apoio ao longo do próximo período de financiamento e mais além.

A existência de normas de bem-estar elevadas melhora a eficiência na utilização dos recursos, nomeadamente reduzindo as taxas de mortalidade, prolongando a vida produtiva dos animais e melhorando a conversão dos alimentos para animais. Embora, atualmente, o setor das galinhas poedeiras dependa sobretudo do abate de **pintos do dia machos**, as exigências éticas dos cidadãos podem ser satisfeitas pondo termo a esta prática através do recurso a tecnologias de sexagem *in ovo*, hoje disponíveis. Estas podem reforçar a reputação do setor dos ovos da UE em matéria de qualidade e métodos de produção éticos. Embora esteja disponível e seja utilizada em determinados Estados-Membros, a tecnologia ainda não é totalmente acessível e a preços comportáveis para os centros de incubação de pequena e média dimensão em toda a UE. Para tal, são necessários mais esforços para reduzir os custos e aumentar a implantação. Até ao final de 2026, a Comissão tenciona

²³ FAO: *Greenhouse gas emissions from agrifood systems, Global, regional and country trends, 2000–2022* (não traduzido para português).

propor uma **revisão específica das regras de bem-estar animal aplicáveis às galinhas poedeiras e aos frangos de engorda**, centrando-se na eliminação progressiva das gaiolas, em indicadores práticos de bem-estar nas explorações, na erradicação do abate sistemático de pintos machos e em requisitos de importação equivalentes. A fim de valorizar a transição do abate de pintos do dia machos, a Comissão explorará a possibilidade de atualizar as regras de marcação dos ovos para informar melhor os consumidores, incluindo em países terceiros, sobre as melhorias introduzidas pelos criadores. Até ao 2.º trimestre de 2027, uma proposta semelhante abordará o **bem-estar dos suínos**, incluindo a transição dos sistemas de gaiolas para sistemas de celas.

O debate em torno da exportação de animais vivos para países terceiros, especialmente para abate imediato, tem-se tornado crucial nos últimos anos. Os novos surtos e a recorrência de doenças animais nos Estados-Membros da UE resultam em frequentes obstáculos ao comércio, por vezes injustificados. Ao mesmo tempo, as catástrofes naturais e a variabilidade das condições de segurança nos países de destino ameaçam a capacidade de planeamento destas práticas, tanto em terra como por mar, as quais podem também suscitar preocupações em matéria de bem-estar animal. Por conseguinte, a Comissão procederá a um estreito intercâmbio com as partes interessadas pertinentes, a sociedade civil e os países terceiros de destino e, em função do resultado desses intercâmbios, ponderará novas medidas, incluindo possíveis alternativas à exportação de animais para abate da UE para países terceiros, sem deixar de salvaguardar as posições de mercado dos criadores de gado europeus.

Estas normas elevadas para os produtores da UE devem ser cumpridas com requisitos recíprocos para os produtos importados e com instrumentos de execução adequados. Os países terceiros podem ter práticas menos exigentes em matéria de bem-estar animal, ao passo que os cidadãos da UE esperam que todos os produtos no mercado da UE respeitem normas rigorosas em matéria de bem-estar animal. A modernização das regras da UE em matéria de bem-estar animal e os acordos comerciais da UE constituem uma oportunidade essencial para **introduzir requisitos equivalentes em matéria de bem-estar dos animais para os produtos importados**, em conformidade com as normas da OMC.

Os esforços sustentados para reduzir as emissões provenientes da pecuária continuam a ser uma das prioridades. Embora as emissões de metano entérico da UE provenientes da pecuária representem uma pequena percentagem a nível mundial, representam a maior fonte²⁴ de emissões provenientes da agricultura na UE. Para fazer face a estas emissões, é necessária uma abordagem baseada na ciência e nos sistemas, assente nas boas práticas existentes e apoiada pela inovação e pela tecnologia. As diferentes produções pecuárias têm diferentes externalidades climáticas e potencialidades de abordagem, o que também deve ser tido em conta.

Em primeiro lugar, uma **política eficaz de redução do metano exige uma medição rigorosa**. Certas metodologias existentes para estimar as emissões provenientes da pecuária não refletem plenamente a variação real das emissões entre os diversos sistemas de produção, raças e regimes alimentares. As abordagens de nível 1 e de nível 2 da metodologia do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas podem subestimar o valor da melhoria das explorações agrícolas e da diversidade genética. Ao

²⁴ BOSCO, S., CHEN, M., BIELZA, M., MONTERO CASTAÑO, A., SCHIEVANO, A. *et al.*, *Livestock Feeding and Sustainability: Mapping Environmental, Climate, and Productivity Outcomes*, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2025, <https://data.europa.eu/doi/10.2760/3398918> (em linha), JRC143817.

mesmo tempo, estão em curso debates para explorar a necessidade de ter em conta a natureza biogénica das emissões de metano como parte de um ciclo do carbono a curto prazo. São necessárias abordagens mais aperfeiçoadas para refletir melhor as práticas efetivas de gestão e assegurar uma avaliação mais exata e justa do desempenho climático da pecuária. Por conseguinte, a Comissão trabalhará sobre **uma metodologia harmonizada para as emissões de GEE provenientes da pecuária a nível das explorações e promoverá instrumentos de acompanhamento** que reflitam melhor as medidas aplicadas a nível das explorações e sejam mais adaptados às necessidades do setor pecuário da UE. Basear-se-á no trabalho iniciado por alguns Estados-Membros²⁵ com vista a desenvolver emissões de nível 3 que permitam uma contabilização mais precisa e diferenciada das emissões. Este trabalho estará ligado ao desenvolvimento de métodos de produção no âmbito das normas de comercialização e da abordagem de excelência da UE (ver ponto 3.5 *infra*). Os resultados deverão também ajudar a melhorar a exatidão dos inventários nacionais de GEE dos Estados-Membros. A UE também está preparada para trocar informações sobre as práticas de medição e atenuação com os parceiros mundiais, em conformidade com a sua posição de liderança mundial em matéria de redução das emissões de metano através do Compromisso Mundial sobre o Metano e de iniciativas conexas. Em estreita cooperação com os representantes dos agricultores e as partes interessadas da cadeia de valor alimentar, a Comissão está a desenvolver uma **bússola voluntária para a sustentabilidade das explorações para os agricultores**. Este quadro de base científica permitirá uma avaliação prática e comparável das principais dimensões da sustentabilidade nos diversos sistemas agrícolas. A bússola pode também ser utilizada como instrumento de gestão para orientar as decisões, acompanhar os progressos e comunicar o desempenho de forma transparente ao longo do tempo, bem como para participar em regimes de prémios ou contratos que recompensem as reduções verificadas das emissões, a melhoria do bem-estar dos animais e a prestação de serviços ecossistémicos. Permitirá a avaliação do **desempenho baseado nos resultados obtidos no terreno**, afastando-se gradualmente de uma abordagem baseada em requisitos. Além disso, com base numa metodologia-piloto de certificação, a Comissão está a avaliar a inclusão das reduções das emissões provenientes da pecuária no âmbito de aplicação do Regulamento Remoções de Carbono e Carbonicultura.

Tem igualmente de ter em conta o facto de a produção alimentar estar intrinsecamente enraizada em processos biológicos naturais e que, apesar de cumprir normas elevadas da UE, provoca **emissões endogénicas inevitáveis** que implicam determinadas soluções de compromisso que não podem ser inteiramente eliminadas. A procura é um importante motor da transição, tal como explica o plano para as proteínas, sendo fundamental reconhecer que a redução da produção da UE poderá conduzir a um aumento das importações e das emissões em regiões não pertencentes à UE.

Os novos progressos na redução das emissões de GEE devem basear-se numa combinação de medidas e incentivos políticos eficazes, no potencial das melhorias genéticas, na inovação e na tecnologia, nomeadamente nas estratégias de alimentação animal. A Comissão formulará **recomendações aos Estados-Membros** no contexto da futura PAC e fornecer-lhes-á um **conjunto de ferramentas com as práticas mais eficazes**. Os Estados-Membros podem conceber as suas estratégias com base nas suas situações específicas, tal como refletido na estratégia da UE para o metano de 2020, tendo em conta os investimentos em eficiências que reduzam as emissões, incluindo raças que emitem menos metano, a alimentação de precisão e a gestão avançada do estrume, como o biogás e as tecnologias de tratamento melhoradas, bem como soluções de redução das emissões

²⁵ Federação Irlandesa de Criação de Bovinos (ICBF): <https://www.icbf.com/methane/>.

em sistemas de criação em recintos fechados. Além disso, as soluções tecnológicas oferecem um potencial considerável de atenuação que poderá conduzir a uma redução de, pelo menos, 16 % das emissões de GEE até 2040²⁶. Por conseguinte, uma combinação de medidas e incentivos ambiciosos da PAC, juntamente com a tecnologia e a inovação, poderá proporcionar reduções muito substanciais das emissões e contribuir para a meta climática para 2040.

Os Estados-Membros têm a oportunidade de incluir **investimentos em biogás e biometano** nos seus futuros PPNR e/ou de os apoiar através de outros programas nacionais. O enquadramento para os auxílios estatais oferece igualmente várias opções para esse apoio. A instalação de biogás transforma o estrume e os resíduos agrícolas em energias renováveis, digerido para fertilização e, em alguns casos, digerido desidratado em material de camas para animais. A energia produzida pode ser utilizada na exploração ou mesmo vendida no mercado, nomeadamente mediante a utilização do mecanismo para o biometano da UE, criando assim rendimentos complementares, reforçando a resiliência e a viabilidade empresarial das explorações agrícolas e reduzindo simultaneamente a dependência de combustíveis fósseis e fertilizantes sintéticos importados.

A proteção dos recursos naturais contra a poluição e a garantia de uma boa saúde dos solos são atributos indispensáveis de uma estratégia de longo prazo para o futuro da pecuária. Tendo em conta a sua enorme diversidade, determinadas práticas pecuárias têm um impacto considerável no ambiente associado a externalidades negativas (como as perdas de nutrientes, as emissões para a atmosfera, etc.), em especial nas zonas com elevadas concentrações de gado, enquanto outras práticas, como o pastoreio extensivo e a agricultura biológica, contribuem positivamente para a gestão e conservação da natureza. Por conseguinte, os desafios ambientais devem ser superados de forma adaptada e em parceria com os agricultores.

A futura PAC constitui uma oportunidade para avançar no sentido de um melhor desempenho ambiental.

Os Estados-Membros devem promover a cooperação em toda a cadeia de valor e podem prestar apoio, em especial nas zonas de elevado encabeçamento, a fim de melhorar a gestão do estrume e dos nutrientes e reduzir a pressão sobre os recursos naturais, nomeadamente recorrendo às novas intervenções que a Comissão apresentou na sua proposta relativa à PAC. Os Estados-Membros dispõem de instrumentos para prestar um maior apoio aos sistemas baseados no pastoreio, com base nas suas necessidades. São igualmente incentivados a alargar a utilização de culturas de cobertura, a rotação diversificada das culturas e fontes alternativas de alimentos para animais, a conceder apoio para aumentar as capacidades de armazenamento de estrume e a simplificar os procedimentos de investimento em energias renováveis, infraestruturas de reciclagem de nutrientes e agricultura de precisão. A continuação do apoio à agricultura biológica é importante para a consecução destes objetivos.

A Comissão, assistida pelo Núcleo de Trabalho da Pecuária, promoverá o intercâmbio de conhecimentos e de boas práticas, com o objetivo de criar uma **Plataforma de Pecuária com um repositório abrangente de soluções comprovadas** para o clima, o ambiente e o bem-estar dos animais até 2027. Este repositório identificará medidas de atenuação

²⁶ Estimativa da DG AGRI com base nos seus próprios cálculos e cenários descritos no [relatório sobre as perspetivas agrícolas de 2022](#).

eficazes, apresentará abordagens de sucesso nas explorações e prestará orientações sobre os instrumentos e mecanismos de apoio da PAC disponíveis para facilitar a sua adoção.

Os agricultores da UE já respeitam normas ambientais elevadas estabelecidas em diferentes atos legislativos, alguns dos quais com um impacto importante nas operações dos agricultores. **A Comissão está a avaliar e a realizar testes de esforço de algumas destas regras no contexto de um trabalho de simplificação mais geral.**

A avaliação da **Diretiva Nitratos**²⁷ será publicada em breve. No seguimento do relatório, a Comissão continuará a trabalhar em conjunto com os Estados-Membros no sentido de identificar as melhores práticas e o potencial de simplificação da forma de melhorar a gestão dos nutrientes a nível das explorações agrícolas, o calendário agrícola, a conservação de registos e a fertilização das explorações de pequena dimensão. Terá por objetivo otimizar a aplicação das regras de modo a refletir as pressões tecnológicas e as alterações climáticas, minimizando simultaneamente os encargos desnecessários e assegurando que as medidas sejam proporcionadas e eficazes para alcançar as normas de qualidade da água da UE. A Comissão aconselhará os Estados-Membros sobre as possibilidades de **simplificar a aplicação da diretiva, por exemplo, no que diz respeito a determinadas práticas pecuárias sustentáveis, e trocará igualmente pontos de vista com o Comité dos Nitratos sobre o relatório de avaliação.**

A Comissão está também a realizar testes de esforço das regras das Diretivas Aves e *Habitats*, que serão integradas num relatório previsto para o final de 2026 e permitirão fundamentar futuras decisões. A proposta relativa à aceleração dos **procedimentos de concessão de licenças e a proposta de regulamento relativo à agilização das avaliações ambientais** [2025/0391 (COD)] já aborda parcialmente algumas das exigências de longa data no sentido de acelerar e tornar mais previsível o processo de licenciamento. A facilitação específica dos procedimentos de licenciamento é igualmente importante para acompanhar a revisão legislativa com vista a eliminar progressivamente as gaiolas nos setores das galinhas poedeiras e dos suínos e justifica-se tendo em conta que o número de animais mantidos permaneceria constante em estábulos adaptados. **O potencial para uma melhor correspondência entre os objetivos ambientais e a vitalidade agrícola reside igualmente na inovação.** A pecuária na UE gerou anualmente mais de 1,4 mil milhões de toneladas de estrume durante o período de 2016-2019. Embora associado à poluição por azoto em determinadas regiões, com métodos inovadores, o estrume também pode constituir uma oportunidade. A Comissão está a estudar a possibilidade de alargar o ato legislativo relativo ao RENURE a determinados tipos de digeridos líquidos à base de estrume com salvaguardas ambientais adequadas e apresentará uma primeira avaliação preliminar no 3.º trimestre de 2026. Do mesmo modo, a utilização de digeridos de biorresíduos como fertilizantes propriamente ditos ou para a produção de outros fertilizantes de base biológica pode limitar as externalidades negativas para os animais, permitir uma melhor distribuição de biofertilizantes ricos em carbono, reduzir a dependência de fertilizantes sintéticos e reforçar a autonomia da UE em matéria de produção de alimentos para animais e de géneros alimentícios, contribuindo simultaneamente para a produção interna de energia (biometano). A Comissão trabalhará no sentido de **facilitar a utilização de subprodutos animais** sem comprometer as normas

²⁷ Diretiva 91/676/CEE do Conselho, de 12 de dezembro de 1991, relativa à proteção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola. JO L 375 de 31.12.1991, p. 1 (ES, DA, DE, EL, EN, FR, IT, NL, PT). ELI: <http://data.europa.eu/eli/dir/1991/676/oj>.

de saúde animal e de segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais e **analisará potenciais obstáculos regulamentares.**

Um elemento fundamental é um melhor equilíbrio espacial e a viabilização da transferência de nutrientes das regiões excedentárias para as regiões deficitárias, a fim de otimizar a utilização e reduzir as pressões ambientais locais. Partindo desta base, a Comissão, assistida pelo **Núcleo de Trabalho da Pecuária desenvolverá um roteiro específico** para apoiar a aplicação prática, reforçar a logística, reduzir a pressão, aplicar melhor o quadro regulamentar de forma coerente, melhorar a coerência regulamentar e permitir uma circulação mais eficiente e sustentável de nutrientes em toda a UE.

3.4. Um setor pecuário consonante com a diversidade territorial europeia

A diversidade territorial europeia exige sistemas de produção animal diversificados e adaptados às características únicas das diferentes regiões da Europa.

A pecuária desempenha um papel crucial na sustentação das economias rurais e no apoio ao emprego em muitas regiões, sendo frequentemente a única oportunidade económica em algumas delas. O setor é especialmente importante nas zonas menos favorecidas, como as regiões montanhosas, as zonas setentrionais, os prados e outros territórios intermédios e marginais, em que a produção vegetal pode ser difícil ou menos rentável. Os animais em pastoreio ajudam a manter as paisagens tradicionais, evitam o crescimento excessivo, limitam o risco de incêndios florestais e contribuem para a preservação da biodiversidade, sustentando a diversidade dos habitats²⁸. Ajudam a reter as populações nas zonas rurais e reduzem o risco de abandono das terras que pode conduzir à degradação ambiental e à perda de paisagens tradicionais. Os modelos empresariais inovadores podem dar uma resposta eficaz aos desafios atuais através da recuperação da centralidade da pecuária nestes territórios.

O declínio da pecuária está estreitamente ligado ao abandono das terras em muitas regiões europeias. O JRC estima²⁹ que cerca de 11 % das terras agrícolas da UE poderão ser abandonadas até 2030, ao passo que quase um quarto (1,38 milhões de hectares) do abandono total das atividades agrícolas na UE ocorrerá provavelmente em zonas montanhosas, o que também tem implicações demográficas significativas. Estes desafios devem ser enfrentados de forma coerente e integrada, nomeadamente mediante as nossas políticas demográficas futuras. As zonas rurais têm um potencial extraordinário para se tornarem um **motor da resiliência, do crescimento sustentável e da preparação da Europa**. A criação de zonas rurais economicamente atrativas e com qualidade de vida ajudará a reter população e atrair novas pessoas, contribuindo assim para a vitalidade a longo prazo destas regiões.

A oportunidade para transformar as vulnerabilidades rurais num ativo tangível a longo prazo é hoje maior do que nunca. A UE está a empreender um planeamento mais coordenado e integrado para apoiar o seu crescimento económico sustentável, utilizando o PNR como um instrumento de planeamento integrado.

²⁸ [Extensive livestock systems and nature in Europe](#) | (não traduzido para português) [Publicações | Agência Europeia do Ambiente \(AEA\)](#), 07/2026. A nota informativa da AEA afirma que um terço dos *habitats* do anexo I ao abrigo da Diretiva *Habitats* depende do pastoreio extensivo.

²⁹ <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC113718>.

Para fazer face a este desafio, a Comissão colaborará com os Estados-Membros para elaborar um plano sobre a forma de dar resposta às necessidades específicas das **regiões e das zonas rurais em risco de abandono**, tendo em conta a situação específica na região fronteiriça oriental que faz fronteira com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia. O objetivo é **reposicionar a produção animal sustentável** no lugar a que naturalmente pertence e que lhe permite produzir os seus benefícios ambientais, sociais e económicos, assegurando simultaneamente o desempenho de regiões e comunidades mais competitivas. A atração de todos os intervenientes necessários para **enraizar firmemente uma cadeia de valor eficaz** nas comunidades rurais, desde os agricultores aos consumidores através de matadouros, transformadores artesanais e mercados locais, poderia estar na base de uma iniciativa deste tipo.

O futuro **Observatório Fundiário Europeu**³⁰ contribuirá para este processo através do intercâmbio de informações e de boas práticas para combater o abandono das terras e de progressos na análise de alterações da utilização das terras e da gestão sustentável dos solos.

Com a futura PAC, os Estados-Membros dispõem de muitos instrumentos para direcionar o apoio para as zonas pecuárias vulneráveis. Uma ação específica que associe o rendimento ao apoio às zonas com condicionantes naturais deve centrar-se nos setores e nas zonas onde são mais necessários. Uma das principais tarefas será **atrair uma nova geração de agricultores** para zonas onde a pecuária deixou um fosso social, através de auxílios ao arranque, de inovação social, empreendedorismo e investimento, de políticas de acesso à terra, do apoio ao rendimento e de incentivos. No entanto, as dificuldades não se limitam ao que a PAC, por si só, pode proporcionar. O desenvolvimento de cadeias de valor pecuárias integradas a nível local exige investimentos coordenados em infraestruturas, instalações de transformação, digitalização e estruturas de mercado, apoiados por políticas sociais e laborais e, se for caso disso, por modalidades de apoio prático para ajudar os agricultores a fazer face à pressão relacionada com a vida selvagem.

Um exemplo que poderia regenerar a economia local e, ao mesmo tempo, melhorar o bem-estar dos animais são os investimentos em matadouros móveis e de baixa capacidade em zonas remotas. A Comissão, assistida pelo Núcleo de Trabalho da Pecuária, dedicará recursos específicos ao desenvolvimento de um **roteiro sobre matadouros para considerar formas de promover a sua presença em zonas rurais, quer sejam fixos ou móveis**, com base em projetos já financiados³¹ e tendo em conta os aspetos relacionados com o bem-estar animal.

Exemplo: Rede local de transformação flexível com matadouros móveis e de baixa capacidade (modelo de resiliência da cadeia de valor rural). Em regiões escassamente povoadas ou montanhosas, os Estados-Membros apoiam um sistema de transformação híbrido que combina pequenas instalações permanentes com matadouros móveis.

³⁰ Estratégia para a renovação geracional na agricultura. COM(2025) 872 final.

³¹ Exemplos de projetos financiados ao abrigo do FEADER para a inovação e a melhoria do bem-estar dos animais na Alemanha: [TadeLoS - Onfarm Slaughtering of Cattle without Stress | Rede da PAC da UE](#) e [Fully mobile slaughter unit in Thuringia | Rede da PAC da UE](#); ver igualmente o exemplo do projeto financiado ao abrigo do Horizonte 2020 para instalar um matadouro móvel em França: [Practical case: Mobile Slaughter Unit | Rede da PAC da UE](#).

- É criada uma cooperativa pecuária regional, que reúne os recursos dos agricultores para gerir a logística e a programação.
- O Estado-Membro cofinancia unidades móveis de abate que se deslocam entre explorações ou pontos de recolha designados, no respeito das normas de saúde animal e de segurança alimentar.
- Simplificação e otimização legislativas a nível nacional e da UE, incluindo para o registo e o reconhecimento.
- Complementam a rede pequenas instalações de corte e embalagem e armazenamento frigorífico situadas em municípios rurais, modernizadas com o apoio da UE.
- O sistema está integrado num sistema de certificação da qualidade que reflete a excelência da UE para reforçar a identidade e o valor dos produtos.
- São introduzidas ferramentas digitais (plataformas de reserva, sistemas de rastreabilidade) para otimizar os trajetos, assegurar o cumprimento das regras em matéria de bem-estar animal e reduzir os tempos de espera. Com o aumento dos abates locais, o bem-estar dos animais é melhorado graças à redução do transporte de longa distância de animais vivos.

São cruciais infraestruturas digitais modernas para tornar as zonas rurais atrativas e para reforçar o contributo da pecuária para os meios de subsistência rurais. Os Estados-Membros devem acelerar os investimentos em banda larga de alta velocidade, 5G, conectividade por satélite e fora da rede, a fim de permitir a implantação de tecnologias agrícolas inteligentes, sistemas de gestão pecuária à distância e acesso a serviços em linha.

A resiliência social também se reveste de uma importância crítica. O bem-estar e a saúde mental dos criadores de animais da UE são influenciados não só pelas pressões sobre os rendimentos, mas também por condições de trabalho exigentes, longos horários e isolamento social, em especial nas zonas rurais mais remotas. O acesso a serviços de substituição e assistência é, por conseguinte, importante, uma vez que permite aos agricultores beneficiar de períodos de licença, em caso de doença ou de responsabilidades familiares, e reduzir o desgaste e o esgotamento. As necessidades e as diferenças específicas em termos de género também devem ser abordadas de forma adequada. O desenvolvimento de competências é outro fator social fundamental, sendo que os agricultores recebem cada vez mais formação em matéria de bem-estar animal, práticas ambientais, ferramentas digitais e gestão empresarial, a fim de se manterem resilientes e se adaptarem à evolução das políticas e das exigências do mercado. Neste domínio, o papel dos serviços de assessoria e das políticas de desenvolvimento rural é fundamental.

Os recursos regionais no que diz respeito aos alimentos para animais reforçam a resiliência, a sustentabilidade e a autonomia estratégica, reduzindo simultaneamente as dependências das importações. Ao integrar prados, coprodutos e proteaginosas cultivadas na UE, estes sistemas reduzem as emissões, apoiam as economias rurais e estão em consonância com os objetivos da bioeconomia circular. São estes os principais motores do plano da Comissão para a resiliência, a autonomia estratégica e a sustentabilidade do sistema europeu das proteínas.

3.5. Excelência na produção animal

A qualidade é um dos ativos estratégicos da Europa. Num contexto de crescentes expectativas sociais, concorrência mundial e fragilidades territoriais, a União Europeia deve manter e desenvolver a sua ambição de excelência na produção animal.

O futuro do setor pecuário da UE dependerá da sua capacidade não só para se manter competitivo e resiliente, mas também para **conferir ao que distingue o modelo de produção europeu visibilidade, credibilidade e rendibilidade económica**. Reflete um modelo de pecuária que não se baseia no custo mais baixo, mas antes na criação de valor através de boas práticas, qualidade, sustentabilidade, ética e responsabilidade.

A excelência deve ser entendida em sentido lato, não se limitando a produtos de nicho ou de gama alta. Deve caracterizar progressivamente todas as cadeias de valor da pecuária e todos os modelos de produção. Todas as explorações pecuárias devem ter a possibilidade de ter o melhor desempenho possível, de melhorar continuamente e de ver estes esforços reconhecidos e recompensados pelo mercado e pelas políticas públicas.

A Comissão tenciona desenvolver uma **via ambiciosa para a excelência na produção animal com o Núcleo de Trabalho da Pecuária**. Esta via deverá permitir à União expressar de forma mais clara o que distingue a produção animal europeia, tanto no mercado interno como ao nível da concorrência mundial.

Uma primeira prioridade consiste na melhoria do reconhecimento do mercado e na valorização da excelência. Os agricultores só podem manter normas ambiciosas se estas forem economicamente recompensadas. É essencial uma maior transparência em toda a cadeia alimentar, incluindo informações e rotulagem mais claras. A Comissão prestará assistência aos consumidores para que façam escolhas informadas e reconheçam o valor dos produtos animais da UE.

Um elemento fundamental é uma **identificação mais clara da origem da UE**. A Comissão tenciona reforçar gradualmente o papel da origem da UE na comercialização de animais através de normas de comercialização, explorando uma base jurídica alargada no âmbito da organização comum de mercado. **Basear-se-á, em primeiro lugar, nas regras relativas à carne de aves de capoeira**, a fim de melhorar a comunicação sobre a origem e retirar ensinamentos para outros setores.

A Comissão trabalhará no sentido de valorizar as normas mais elevadas e as características específicas da produção animal da UE através de menções reservadas facultativas no âmbito da organização comum de mercado. Seria assim possível utilizar, numa base voluntária, uma **menção «excelência europeia»** claramente identificável, apoiada por especificações regulamentares que permitiria uma comunicação credível e harmonizada de características definidas. A Comissão avaliará critérios como a produção hipocarbónica, as práticas respeitadoras do ambiente, a utilização local de alimentos para animais, a criação e o abate e normas rigorosas em matéria de bem-estar animal. Estas menções reservadas facultativas podem ser utilizadas para demonstrar o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade exigidos pelos fundos nacionais ou europeus para o acesso aos investimentos, permitindo aos agricultores aceder a oportunidades de financiamento sem terem de apresentar repetidamente os mesmos elementos de prova («princípio da declaração única»).

A Comissão analisará igualmente a forma como os instrumentos existentes podem apoiar melhor a valorização da qualidade na produção animal, **incluindo a qualidade da carne**. O atual quadro de classificação de carcaças da União baseia-se principalmente em critérios quantitativos. Embora assegure uma linguagem de mercado comum e a transparência dos preços, não reflete o conjunto completo de atributos de qualidade relevantes para os consumidores e a valorização do mercado. A Comissão avaliará se, numa base voluntária, poderá ser aperfeiçoado de modo a incluir determinadas características qualitativas, tais como atributos organoléticos ou relativos ao método de produção, e se estas poderão ser

apoiadas por menções reservadas facultativas para reforçar a diferenciação, a criação de valor e o reconhecimento da qualidade.

Como segunda prioridade, a Comissão dará maior visibilidade aos sistemas pecuários territorialmente integrados. Utilizará a **política de promoção da UE** para destacar a qualidade, a sustentabilidade, as elevadas normas de bem-estar, em especial os sistemas de criação sem gaiolas e a produção de ovos sem o abate de pintos machos, e a implantação territorial dos produtos animais da UE, tanto nos mercados internos como externos. Será canalizado um maior apoio para sistemas estreitamente ligados às zonas rurais, melhorando a comunicação do valor acrescentado e reforçando o posicionamento *premium*, sempre que tal se justifique.

A fim de maximizar os retornos do mercado, as partes interessadas e os Estados-Membros são incentivados a cooperar, nomeadamente em matéria de **marcas territoriais de produtos** que associem os produtos animais à identidade histórica e às características naturais das suas regiões ou raças específicas, de iniciativas de agroturismo e diversificação e da gestão coletiva da paisagem para proteger a biodiversidade e gerir as paisagens nos ecossistemas pecuários.

Para apoiar estes esforços em maior escala, a **política de promoção agrícola da UE** **poderá dedicar uma vertente promocional especializada** centrada em sistemas pecuários territorialmente integrados, acelerando a sua penetração no mercado.

A **terceira prioridade baseia-se na atual política de qualidade da UE**, em especial nas indicações geográficas (IG) e na produção biológica. A Comissão continuará a apoiar a sua adoção, promoção e proteção enquanto instrumentos fundamentais. Para reforçar estes quadros, a Comissão procederá à revisão dos planos de ação relativos à produção biológica e às IG.

4. CONCLUSÕES

Numa economia mundial cada vez mais intransigente, a resposta da União consiste em fazer com que os objetivos de resiliência, competitividade, sustentabilidade, territorialidade e excelência se reforcem mutuamente enquanto modo europeu de produção animal.

A estratégia da UE para a pecuária apresenta uma visão coesa para o futuro do setor pecuário. A Comissão promove uma narrativa positiva e equilibrada sobre a pecuária, reconhecendo tanto os seus desafios, incluindo a pegada ambiental e climática, como os contributos do setor para o abastecimento alimentar, o emprego, a coesão territorial, a biodiversidade e o valor cultural.

A **resiliência** será reforçada através de esforços coordenados para combater as alterações climáticas, reforçar a biossegurança, enfrentar os desafios sociais e melhorar a robustez do mercado e da cadeia de abastecimento.

A **competitividade** será reforçada resolvendo o défice de financiamento e a deterioração da situação da pecuária em determinadas regiões, promovendo a inovação, a digitalização e a qualificação e assegurando a equidade no comércio.

A **sustentabilidade** será alcançada através da redução da pegada ambiental, do apoio à biodiversidade e da promoção de sistemas agrícolas circulares e orientados para o bem-estar dos animais que sustentem a vitalidade rural.

A **territorialidade** reconhece as diferentes paisagens e condições locais da Europa, capacitando as novas gerações de agricultores e reforçando as economias regionais.

Coletivamente, estes esforços coordenados da Comissão, dos Estados-Membros e das partes interessadas criarão um quadro sólido de **excelência** que contribuirá para a prosperidade do setor pecuário num contexto de concorrência mundial.

A Comissão, assistida pelo Núcleo de Trabalho da Pecuária, acompanhará e apresentará relatórios sobre os progressos realizados. Ao participar ativamente nestas iniciativas estratégicas, o setor pode esperar um futuro sustentável, justo e próspero.